ADMINISTRACAO GERAL/UFMG

Contrato 24/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2026	153254-ADMINISTRACAO GERAL/UFMG	SUZANA DE OLIVEIRA MEDEIROS	25/09/2026 15:22 (v 0.5)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23072.222921/2023-88

.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **24/2026**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS E A EMPRESA RIO MINAS TERCEIRIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, por intermédio do **Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais/DLO**, com sede na Avenida Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha, na Cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº **17.217.985/0001-04**, neste ato representado por seu Reitor, **Alessandro Fernandes Moreira**, nomeado ao cargo pelo Decreto Oficial de 22 de janeiro de 2026, publicado no DOU de 23 de janeiro de 2026, de matrícula SIAPE n° 1039987, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **RIO MINAS TERCEIRIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **08.494.163/0001-26**, sediada na Rua Emílio de Menezes, n°156, Santa Maria, na cidade de Belo Horizonte/MG, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada por **Adriano Miranda Oliveira**, CPF n°***.017.977-** representante legal da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº **23072.222921/2023-88** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar

o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 35/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de carregador, Inspetor de carga/descarga, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (Período de 29 meses)
2	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, para desenvolver as atividades de Carregador, Inspetor de carga /descarga, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.	Mensal	29	R$ 179.590,10	R$ 5.208.112,93

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 29 (vinte e nove) meses remanescentes, contados da data designada no documento denominado **"Ordem de Início das Atividades**", expedido pela UFMG prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R$ **179.590,10** (**cento e setenta e nove mil, quinhentos e noventa reais e dez centavos**), perfazendo o valor total de R$ **5.208.112,93** (**cinco milhões, duzentos e oito mil, cento e doze reais e noventa e três centavos**).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I – I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **30 (trinta) dias**, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de ***1 (um) mês***, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições

previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123 /2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

> 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.8 deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.9, observada a legislação que rege a matéria.

11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n. º 14.133, de 2021).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

(1) - Moratória de ***0,5% (cinco décimos por cento***) por dia de atraso injustificado sobre o *valor da parcela inadimplida*, até o limite de ***15 (quinze) dias;***;

(2) - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o *valor total do contrato*, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o *inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

(3) - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante.

(4) - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

(5) - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

(6) - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do licitante.

(7) - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 20%, aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ***5 (cinco) dias***, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

13.9.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: 15229/153254

15.1.2. Fonte de Recursos: 1000000000

15.1.3. Programa de Trabalho: 169687

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039-79

15.1.5. Plano Interno: M20RKG0169N

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Assinado de forma digital por ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA:80164447687
Dados: 2026.10.05 17:53:19 -03'00'

ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA

Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais

Documento assinado digitalmente
gov.br
ADRIANO MIRANDA OLIVEIRA
Data: 28/09/2026 15:09:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ADRIANO MIRANDA OLIVEIRA

Representante Legal da Rio Minas Terceirização e Administração de Serviços Ltda

PROPOSTA COMERCIAL

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ref.: Processo n° 23072.222921/2023-88 // P.E n° 35/2023

A Rio Minas Terceirização e Administração de Serviços LTDA inscrita no CNPJ N 08.491.163/0001-26, sediada na Rua Emílio de Menezes, n° 156, Bairro Santa Maria – Belo Horizonte – MG – CEP: 30.525-200, por intermédio de seu representante legal, O Sr. Adriano Miranda Oliveira portador CPF 089.017.977-80, apresenta a seguinte proposta de preços:

Anexo 4

Quadro demonstrativo - Valor Global da Proposta

Valor Global da Proposta		
Descrição - Valor		**(R$)**
A	**Valor mensal dos serviço**	**R$ 179.590,10**
B	**Valor Global da Proposta (valor mensal x 29 - nº meses do contrato)**	**R$ 5.208.112,93**

• O prazo de validade da proposta de preços de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de envio.

• Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

• Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, conforme demonstrado na planilha de Formação de Preço.

• Informamos que utilizamos a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho para formação do preço proposto: MG002274/2026.

• Declaramos que nossa propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

• Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, após cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: Rio Minas Terceirização e Administração de Serviços LTDA - CNPJ: 08.491.163/0001-26

Endereço: Rua Emílio de Menezes, nº. 156 - Santa Maria - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.525-200

E-mail: comercial@riominasservicos.com.br

Representante Legal da Empresa:

Nome: Adriano Miranda Oliveira

Endereço: Rua Emílio de Menezes, nº. 156 - Santa Maria - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.525-200

Tel: (31) 3388-2625

E-mail: adriano@riominasservicos.com.br

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2026

	PLANILHA DE ACORDO COM O MODELO DO ANEXO VII-D - IN 05/2017 SEGES/MPDG DE 26/05/2017 e alterações
	Anexo I
	Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço
	Nº do Processo: 23072.222921/2023-88
	Licitação Nº: PE: 35/2023
	DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/11/2023 - 09h00 (NOVE HORAS) - HORÁRIO DE BRASÍLIA
	Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação): Prestação de serviços de motorista, carregador, supervisor de carregador, lubrificador e lavador automo□vo, mecânico automo□vo, auxiliar de mecânico e eletricista automo□vo, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros
A	*Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano): 22/09/2026 - 09h00*
B	*Município/UF: Belo Horizonte - MG*
C	*Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo: 2026*
D	*Nº de meses de execução contratual: 29 MESES*
	Identificação do Serviço: Prestação de serviços de motorista, carregador, supervisor de carregador, lubrificador e lavador automo□vo, mecânico automo□vo, auxiliar de mecânico e eletricista automo□vo, nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais nas cidades de Belo Horizonte e Montes Claros

Anexo 1					
Mão-de-Obra					
Mão-de-Obra vinculada à execução Contratual					
Dados Complementares para a composição dos Custos Referentes à mão-de-obra					
1	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		3423-15	7832-25	7832-25
2	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Belo Horizonte	Belo Horizonte	Montes Claros
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Guia Parâmetros	Supervisor de Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - MOC
4	Salário Normativo da Categoria Profissional	Guia Parâmetros	3.090,54	2.292,09	2.292,09
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01° de Abril	01/04/2026	01/04/2026	01/04/2026
	As fórmulas utilizadas e a memória de cálculo da proposta apresentada são de responsabilidade da licitante	Salário Mínimo	1.621,00	1.621,00	1.621,00

Módulo 1 : Composição da Remuneração					
1	Composição da Remuneração	Referência	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Salário Base	100%	3.090,54	2.292,09	2.292,09
B	Adicional de Periculosidade				
C	Adicional de Insalubridade				
D	Adicional Noturno				
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida				
F	Outros (especificar a parte)				
Total			3.090,54	2.292,09	2.292,09

Submódulo 2.1 - 13º(décimo Terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias					
2.1	13º (décimo terceiro) SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS Base de Cálculo (BC): = (Módulo 1)	Referência	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	13º (Décimo Terceiro) Salário	8,33%	257,44	190,93	190,93
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	343,36	254,65	254,65
Subtotal		19,44%	600,80	445,58	445,58

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garatina por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições:					
2.2	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS Base de cálculo (BC): = (Total Módulo 1 + Total Submódulo 2.1)	%	Valor (R$)		Valor (R$)
A	INSS	20,00%	738,27	547,53	547,53
B	Salário Educação	2,50%	92,28	68,44	68,44
C	Seguro Acidente de Trabalho (RAT Ajustado)	3,00%	110,74	82,13	82,13
D	SESI ou SESC	1,50%	55,37	41,07	41,07
E	SENAI ou SENAC	1,00%	36,91	27,38	27,38
F	SEBRAE	0,60%	22,15	16,43	16,43
G	INCRA	0,20%	7,38	5,48	5,48
H	FGTS	8,00%	295,31	219,01	219,01
Subtotal		36,80%	1.358,41	1.007,46	1.007,46

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:					
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Referência	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Transporte	Guia Parâmetros	73,69	121,60	28,31
B	Auxílio Refeição/ Alimentação		547,27	547,27	547,27
	Assistência Odontológica (se houver)				
C	Programa de Assistência Familiar (PAF)(se houver)				
D	Programa de Qualificação Profissional (PQM)(se houver)				
E	Seguro de Vida, invalidez e funeral		5,18	5,18	5,18
F	Outros (especificar se houver)				
Subtotal			626,14	674,05	580,77

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	600,80	445,58	445,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	1.358,41	1.007,46	1.007,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários	626,14	674,05	580,77
Total		2.585,36	2.127,10	2.033,81

Módulo 3: Provisão para Rescisão					
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	Referência	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Aviso prévio indenizado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 +Submód.2.1)	0,42%	12,98	9,63	9,63
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 +Submód.2.1)	0,03%	1,04	0,77	0,77
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 + Submód 2.1)	3,20%	98,90	73,35	73,35
D	Aviso prévio trabalhado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 +Submód.2.1+ Submod 2.3)	0,04%	1,24	0,92	0,92
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 +Submód.2.1+ Submod 2.3)	0,01%	0,45	0,34	0,34
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado Base de cálculo (BC): = (Mód 1 +Submód.2.1+ Submod 2.3)	0,23%	7,11	5,27	5,27
G	Outros (especificar se houver)	0,00%			
Total		3,94%	121,72	90,27	90,27

Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional Ausente					
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais					
4.1	SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS Base de cálculo (BC): = (Módulo 1+ Módulo 2 + Módulo 3)	Referência	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	0,00%	0,00	0,00	0,00
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	0,31%	9,58	7,11	7,11
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,62	0,46	0,46
D	Substituto na Cobertura de Ausências por Acidente de Trabalho	0,05%	1,55	1,15	1,15
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02%	0,62	0,46	0,46
F	Outras ausências (especificar se houver)	0,00%	0,00	0,00	0,00
Subtotal		0,40%	12,36	9,17	9,17
			67,73%		

Módulo 5: Insumos Diversos					
5	Modulo 5 : Insumos Diversos		Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Uniformes Valor mensal por funcionário	Uniformes	29,57	29,57	29,57
B	EPIs de uso individual		4,19	4,19	4,19
C	Outros (especificar se houver)				
Total			33,76	33,76	33,76

Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro					
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R$)	Valor (R$)	Valor (R$)
A	Custos Indiretos - Despesas Administrativas e Operacionais Base de cálculo (BC): = (Mód 1 + Mód 2 + Mód 3 + Mód 4 + Mód 5)	6,55%	383,03	298,39	292,28
B	Lucro Base de cálculo (BC): = (Mód 1 + Mód 2 + Mód 3 + Mód 4 + Mód 5 + Custos indiretos)	3,95%	246,19	191,79	187,86
C	Tributos Base de cálculo (BC): = (Mód 1 + Mód 2 + Mód 3 + Mód 4 + Mód 5 + Custos ind. + Lucro)	Σ Tributos Guia Parâmetros			
	C1. Tributos Federais (PIS + COFINS) GUIA PARÂMETROS	7,28%	537,20	418,49	400,78
	C2. Tributos ISSQN BH	5,00%	368,96	287,42	165,15
	C3. Tributos ISSQN MOC	3,00%			
	C4. Outros tributos (especificar se houver)		1.535,38	1.196,09	1.046,07
Total			7.379,12	5.748,48	5.505,16

Anexo 2				
Quadro Resumo do Custo por Empregado				
CIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO		Belo Horizonte	Belo Horizonte	Montes Claros
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por empregado)		Supervisor de Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - MOC
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	3.090,54	2.292,09	2.292,09
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.585,36	2.127,10	2.033,81
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	121,72	90,27	90,27
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	12,36	9,17	9,17
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	33,76	33,76	33,76
Sub total (A+B+C+D+E)		5.843,74	4.552,38	4.459,10
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	1.535,38	1.196,09	1.046,07
Valor total por empregado		7.379,12	5.748,48	5.505,16

Anexo 3
Quadro Resumo - Valor Mensal dos Serviços

TIPO DE SERVIÇO (A)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
I- Serviços diversos de Auxiliar de Operador de Carga/Carregador e Supervisor de Carregador.	R$ 179.590,10
Valor Mensal Total dos Serviços (I+II)	R$ 179.590,10

I - CUSTOS POSTOS							
Cidade	CBO	Postos	VALOR PROPOSTO POR EMPREGADO (B) - R$	QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR POSTO (C)	VALOR PROPOSTO POR POSTO (D) = (BxC) - R$	QUANTIDADE DE POSTOS (E)	VALOR TOTAL DO SERVIÇO (F) = (DxE) - R$
Belo Horizonte	3423-15	Supervisor de Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	7.379,12	1	7.379,12	1	7.379,12
Belo Horizonte	7832-25	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	5.748,48	1	5.748,48	29	166.705,81
Montes Claros	7832-25	Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - MOC	5.505,16	1	5.505,16	1	5.505,16
Total mensal						31	R$179.590,10

QUADRO RESUMO – VALOR ESTIMADO PARA AUXÍLIO CRECHE	
Descrição	Valor
Valor unitário para Auxílio Creche	R$ 526,64
Quantidade de postos licitados	31
Percentual de incidência de pagamentos - prevista na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147/2026	20%
Percentual de Custos Indiretos + Lucro + tributos (Belo Horizonte)	22,79%
Percentual de Custos Indiretos + Lucro + tributos (Montes Claros)	20,79%
VALOR UNITÁRIO ESTIMADO PARA AUXÍLIO CRECHE (R$) Belo Horizonte	R$ 645,58
VALOR UNITÁRIO ESTIMADO PARA AUXÍLIO CRECHE (R$) Montes Claros	R$ 635,05
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA AUXÍLIO CRECHE (R$)	R$ 4.636,64

Anexo 4		
Quadro demonstrativo - Valor Global da Proposta		

Valor Global da Proposta		
Descrição - Valor		(R$)
A	Valor mensal dos serviço	R$ 179.590,10
B	Valor Global da Proposta (valor mensal x 60 - nº meses do contrato)	R$ 10.775.406,06

C	Valor mensal Auxílio Creche - estimativa	R$ 4.636,64

D	Valor mensal dos serviços + auxílio creche	R$ 184.226,74
E	Valor Global da Proposta (valor mensal x 29 - nº meses do contrato)	R$ 5.342.575,60

PARÂMETROS PARA CONFECÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE AUXILIAR DE OPERADOR DE CARGA/CARREGADOR E SUPERVISOR DE CARREGADOR

Parâmetros Gerais										
Postos	CBO	SINDICATO	REGISTRO M.T.E	DATA BASE	SALÁRIO	ALIMENTAÇÃO	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	PAF	PQM (outros)	SEGURO DE VIDA
Supervisor de Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	3423-15	SINSERTH X SINTAPPI	MG002274/2026	01° DE ABRIL	3.090,54	33,00	0,00			5,18
Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - BH	7832-25	SINSERTH X SINTAPPI	MG002274/2026	01° DE ABRIL	2.292,09	33,00	0,00			5,18
Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno - segunda-feira a sexta-feira - MOC	7832-25	SINSERTH X SINTAPPI	MG002274/2026	01° DE ABRIL	2.292,09	33,00	0,00			5,18

CIDADE	ISSQN	Σ TRIBUTOS	VALE TRANSPORTE
Belo Horizonte	5%	12,28%	6,25
Montes Claros	3%	10,28%	4,60

PIS	COFINS	OUTRO
1,30%	5,98%	0,00%

QUANTIDADE DE DIAS DE TRABALHO	
ESCALA	DIAS MÊS
2ª a 6ª Feira	20,73
Considerando 1 feriado por mês	

Uniformes

Posto	Uniformes	Valor unitário	Tipo	Qtde necessária	Valor total geral	Periodicidade de reposição(MÊS)	Depreciação mensal
Auxiliar de Operador de Carga - Supervisor de Carregador	Camisa malha de algodão - manga curta	29,90	Unidade	2	65,58	6	10,93
	Calça com elástico e cadarço para amarrar	42,00	Unidade	1	46,06	6	7,68
	Botina de Segurança	60,00	Par	1	65,80	6	10,97
CUSTO TOTAL - AUXILIAR DE OPERADOR DE CARGA - SUPERVISOR DE CARREGADOR							29,57

Equipamento de Proteção Individual

Posto	Uniformes	Valor unitário	Tipo	Qtde necessária	Valor total geral	Periodicidade de reposição(MÊS)	Depreciação mensal
Auxiliar de Operador de Carga - Supervisor de Carregador	Luva de raspa/vaqueta	22,90	Par	1	25,11	6	4,19
CUSTO TOTAL - AUXILIAR DE OPERADOR DE CARGA - SUPERVISOR DE CARREGADOR - EPI							4,19

Os uniformes deverão conter a identificação da empresa (nome e/ou logomarca) em local visível, nas peças que compõem a parte superior do vestuário.

Os uniformes deverão ser confortáveis, dotados de acabamento perfeito, duráveis, feitos com materiais de boa qualidade, ajuste perfeito ao corpo do usuário.

Todos os modelos de uniforme deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo os padrões de boa qualidade e de apresentação exigidos pela Contratante, devendo a contratada providenciar as devidas adaptações quando necessárias.

A especificação/parâmetro dos uniformes consta no item UNIFORME do termo de Referência.

CÁLCULO PARA PREVISÃO DE HORAS EXTRAS

MEMÓRIA DE CÁLCULO = ((ΣMod.1+ ΣMod.2 + ΣMod.3)/220) x (100%+%HE)/(100%-Σ%Tributos)

CÁLCULO HORAS EXTRAS - BELO HORIZONTE						
BELO HORIZONTE	**50% DIURNA - 2ª A SÁBADO - 05H ÀS 22H**	**50% NOTURNA - 2ª A SÁBADO - 22H ÀS 05H**	**60% DIURNA - 2ª A SÁBADO - 05H ÀS 22H**	**60% NOTURNA - 2ª A SÁBADO - 22H ÀS 05H**	**100% DIURNA - DOMINGOS E FERIADOS - 05H ÀS 22H**	**100% NOTURNA - DOMINGOS E FERIADOS - 22H ÀS 05H**
Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno	R$35,05	R$48,72	R$37,39	R$51,97	R$46,73	R$64,96
Supervisor de Carregador - Posto diurno	R$45,06	R$62,64	R$48,07	R$66,81	R$60,08	R$83,52

CÁLCULO HORAS EXTRAS - MONTES CLAROS						
MONTES CLAROS	**50% DIURNA - 2ª A SÁBADO - 05H ÀS 22H**	**50% NOTURNA - 2ª A SÁBADO - 22H ÀS 05H**	**60% DIURNA - 2ª A SÁBADO - 05H ÀS 22H**	**60% NOTURNA - 2ª A SÁBADO - 22H ÀS 05H**	**100% DIURNA - DOMINGOS E FERIADOS - 05H ÀS 22H**	**100% NOTURNA - DOMINGOS E FERIADOS - 22H ÀS 05H**
Auxiliar de Operador de Carga/Carregador - Posto diurno	R$34,33	R$47,71	R$36,61	R$50,89	R$45,77	R$63,62

CÁLCULO PARA PREVISÃO DE DIÁRIAS

CUSTO DA DIÁRIA - MEMÓRIA DE CÁLCULO = (Valor da Diária/(100%-(%Custos Indiretos+Σ%Tributos))

TIPOS DE DIÁRIAS E VALORES ESTIMADOS			
CIDADE	**BRASÍLIA/MANAUS/RIO DE JANEIRO/SÃO PAULO**	**DESLOCAMENTOS PARA OUTRAS CAPITAIS**	**DEMAIS DESLOCAMENTOS**
Tipo	**Inteira**	**Inteira**	**Inteira**
Valor Diária **	**425,00**	**380,00**	**335,00**
Reembolso Empresa - BELO HORIZONTE	523,62	468,18	412,74
Reembolso Empresa - MONTES CLAROS	511,03	456,92	402,81

**VALORES BASEADOS NA TABELA CONSTANTE NO DECRETO Nº 11.872, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

Anexo 1			
Mão-de-Obra			
Mão-de-Obra vinculada à execução Contratual			
Módulo 1 : Composição da Remuneração			
1	Salário Base	Conforme - SINTAPPI/MG - SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS E APOSENTADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PESQUISAS, PERICIAS, INFORMACOES, AGENTES AUTONOMO, e SINSERHT - MG SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORARIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (MG001474/2023)	
1.1	Jornada de trabalho	220 Horas - Conforme C.H Prevista no Edital	
Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º salário,			
2.1	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	Referência	**Metodologia de cálculo**
A	13º Salário	**8,33%**	Corresponde à gratificação natalina. É um direito do trabalhador garantido pela Constituição, portanto é uma gratificação compulsória. Tem natureza salarial. Fundamentação legal: Leis 4.090/62 e 4.749/62; art. 7º, VIII, CF/88; Decreto 57.155/65; Súmula N º 157 – TST. Memória de Cálculo = Total da Remuneração/ 12 meses = (1/12) x 100 = 8,33%
B	Férias e Adicional de Férias	**11,11%**	Art. 7º, XVII, CF/88 e arts. 129 e 130 da CLT. Memória de Cálculo: (1/12)+(1/3/12) X 100 = 11,11%
TOTAL		**19,44%**	**TOTAL**
Submódulo 2.2 - Encargos			
2.2	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS	%	**Metodologia de cálculo**
A	INSS	20,00%	Artigo 22, inciso I, Lei nº 8.212/1991 Memória de Cálculo = Total da Remuneração + Submódulo 2.1 X Percentual de 20,00%.
B	SESI ou SESC	1,50%	Fundamentação legal: Art. 30 da Lei 8036/90, Art. 1º da Lei 8154/90, Art. 240 da Constituição Federal. Artigo 3º da lei 8.036/1990. Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 1,50%.
C	SENAI ou SENAC	1,00%	Decreto-Lei n° 2.318/86. Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 1,00%.
D	INCRA	0,20%	Fundamentação legal: art. 1°, inciso I, art. 3º do Decreto-Lei n°1.146/1970; Lei Complementar nº 11/71. Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 0,20%.
E	Salário Educação	2,50%	Fundamentação legal: art. 3°, inciso I do Decreto n° 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF. Memória de Cálculo = Total da Remuneração(R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 2,50%.
F	FGTS	8,00%	Fundamentação legal: art. 15 da Lei nº 8.036/90; art. 7º inciso III da Constituição federal; Súmula nº 63 do TST. Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 8,00%.
G	Seguro Acidente de Trabalho (RAT Ajustado)	**1,66%**	Fundamentação legal: Lei 8.12 de 24 de julho de 1991 (artigo 22, inciso II, alineas "b" e "c") FAP (0,83) X RAT (2%) = 1,66% Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 1,66.
H	SEBRAE	0,60%	Fundamentação legal: Lei n° 8.029/90, alterada pela Lei n°8.154/90. Memória de Cálculo = Total da Remuneração (R$) + Submódulo 2.1 X Percentual de 0,60%.
TOTAL		**35,46%**	**TOTAL**
Percentual de Incidência		**6,89%**	**Este percentual consta no cálculo do submodulo 2.2 (Total do Submodulo 2.2 x 2.1)**

Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	Referência	**Metodologia de cálculo**
A	Aviso prévio indenizado	**0,42%**	Memória de Cálculo = ([0,05 x (1/12)] x 100 = 0,42%)
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	**0,03%**	Memória de Cálculo = 8% (FGTS) X Aviso Previo Indenizado
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o aviso prévio indenizado	**3,20%**	Memória de Cálculo = FGTS x % de colaboradores demitidos com aviso trabalhado: [(8% x 40%)
D	Aviso prévio trabalhado	**0,04%**	Conforme Manual do MPOG / Art. 7º XXI, CF/88, 477 e 491 CLT. Fórmula: (((7/30)/12)x100x0,02) = 0,04%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	**0,01%**	Memória de Cálculo = Submódulo 2.2 x Aviso prévio trabalhado
F	Multa do FGTS e sobre o aviso prévio trabalhado	**0,23%**	Memória de Cálculo = FGTS x % de colaboradores demitidos com aviso trabalhado: [(8% x 40%) x 7,2%]
TOTAL		**3,93%**	**TOTAL**
Módulo 4: Custo de Reposição			
Submódulo 4.1 - Substituto			
4.1	SUBSTITUTO NAS AUSÊNCIAS LEGAIS	Referência	**Metodologia de cálculo**
A	Substituto na Cobertura de Férias	**0,00%**	Constituição Federal de 1988(art. 7º, inc. XVII);-CLT (arts. 129 e 130, I)-Art. 129 e 130 do Decreto lei5.452 de 1943 e §6 art.452-A da Lei 13.467 de 2017- **No primeiro ano de contratonão há cobertura de férias.**
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	**0,31%**	Memória de Cálculo = [(1,14/365) x 100] = 0,31%
C	Substituto na Cobertura de Licença Paternidade	**0,02%**	Memória de Cálculo = [(5/365) x 1,5%] = 0,02%
D	Substituto na Cobertura de Ausências por Acidente de Trabalho	**0,03%**	Memória de Cálculo = (15/365) x 0,8%] = 0,03%
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	**0,05%**	Memória de Cálculo = [(1/12) x1,7% x (4/12)] = 0,05%
F	Outros (Especificar)	**0,00%**	Outros
Sub Total		0,40%	TOTAL
	ENCARGOS	**66,13%**	
Submodulo 2.2 e 2.3, Módulo 05	Ticket alimentação	Conforme Cláusula Nona da CCT - VALE-REFEIÇÃO - R$24,00 ao dia com desconto de 20%	
	Seguro de Vida	Conforme apólice de Seguro de Vida - Valor pago atualmente pela	
	Vale-Transporte	Conforme tarifa atual do municipio com desconto de 6% do salário base BH 4,50 e MOC 4,00	
	EPI e Uniformes	Levantamento realizado por postos de trabalho e conforme quantitativo discriminado na aba "EPI". Os valores foram definidos conforme pesquisa de mercado com fornecedores parceiros da Gestservi.	
	Lucro	Definição de estrategia Operacional da Empresa	
	Custos indiretos	Definição de estrategia Operacional da Empresa	
	Tributos	PIS e COFINS - Conforme média apresentada - Lucro Real // ISSQN - Conforme municipio de Lavras	
	ICMS	Não Aplica	
	ISS	ISSQN - Conforme municipio	